RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.21





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LIDER LTDA.** <u>Itaperuna - RJ</u>

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LÍDER S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios, demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos do semestre e do exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LÍDER S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa e as variações consolidadas dos grupos de consórcios do semestre e do exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições não financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 7 adiante. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfase

De acordo com as normas de auditoria independente, as demonstrações financeiras ora apresentadas comportam a ênfase adiante de nossa parte, a qual, todavia, não constitui ressalva quanto às nossas conclusões, já consubstanciadas, no tópico primeiro.

Conforme disposto na nota 8.c.1, a Administração da Sociedade, amparada em parecer de sua assessoria jurídica, deliberou em registrar, em contrapartida ao resultado, o montante de R\$22.833 referente a recursos não procurados, por consorciados de grupos encerrados e transferidos para a Administradora, no período de julho de 1990 a junho de 2002, fato comunicado ao órgão fiscalizador, nos termos das normas vigentes. Na condição de devedora dos benefícios desses recursos, a Sociedade assume manter tais saldos contabilizados nas respectivas contas de compensação, comprometendo-se, sempre que demandada, a realizar as devoluções dos valores solicitados aos consorciados ou aos seus beneficiários.

4. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2020, ora apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores cujo relatório sobre as mesmas, datado de 15 de março de 2021, enfatizou o mesmo assunto citado no tópico anterior, sendo o montante naquela data de R\$3.788 mil.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório do Audito

A Administração da Sociedade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar a este respeito.

6. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições não financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

7. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2022.

FERNANDO MOTTA AUDITORES CRCMG – 12.557 | CVM 12.815

FERNANDO CAMPOS Assinado de forma digital por FERNANDO CAMPOS MOTTA:05361897655 Dados: 2022.03.21 14:21.29 -03'00'

Fernando Campos MottaContador CRCMG – 91.109-S-RJ

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

		Exercício	findo em
ATIVO	Nota	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE		11.505	19.436
Caixa e equivalentes	4	8.573	16.531
Outros créditos	5	2.930	2.904
Outros valores e bens		2	1
NÃO CIRCULANTE		13.716	19.075
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.757	18.094
Outros créditos	5	12.757	18.094
INVESTIMENTOS		935	948
Investimentos	6	935	948
IMOBILIZADO		24	33
Imobilizado de uso	7	24	33
TOTAL DO ATIVO		25.221	38.511

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

		Exercício	findo em
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota_	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE		266	1.629
Outras obrigações	8	266	1.629
NÃO CIRCULANTE		3.625	29.187
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.625	29.187
Outras obrigações	8	3.625	29.187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	21.330	7.695
Capital social Reservas de lucros Lucros acumulados		4.430 6 16.894	4.430 6 3.259
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.221	38.511

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Exercício	findo em
	31.12.21	31.12.21	31.12.20
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	247	424	322
Resultado de operações de títulos e valores mobiliários	247	424	322
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(140)	19.501	2.770
Receitas de prestações de serviços	1	3	113
Despesas de pessoal	(123)	(277)	(283)
Outras despesas administrativas	(600)	(2.039)	(650)
Despesas tributárias	(95)	(1.824)	(376)
Outras receitas operacionais	745	24.038	4.323
Outras despesas operacionais	(68)	(400)	(357)
RESULTADO OPERACIONAL	107	19.925	3.092
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	363	723	437
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	470	20.648	3.529
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(164)	(7.013)	(1.176)
LUCRO LÍQUIDO	306	13.635	2.353
LUCRO LÍQUIDO POR QUOTA - R\$	0,07	3,08	0,53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Exercício	findo em
	31.12.21	31.12.21	31.12.20
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	306	13.635	2.353
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangento do Semestre/ Exercício	306	13.635	2.353

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 30.06.21	4.430	6	16.588	21.024
Lucro líquido do semestre			306	306
Saldo em 31.12.21	4.430	6	16.894	21.330
Saldo em 31.12.20	4.430	6	3.259	7.695
Lucro líquido do exercício			13.635	13.635
Saldo em 31.12.21	4.430	6	16.894	21.330
Saldo em 31.12.19	4.430	6	906	5.342
Lucro líquido do exercício			2.353	2.353
Saldo em 31.12.20	4.430	6	3.259	7.695

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Exercício f	indo em
	31.12.21	31.12.21	31.12.20
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social Ajustes ao lucro líquido antes dos Impostos:	470	20.648	3.529
Depreciações e amortizações	4	22	59
Lucro Líquido Ajustado	474	20.670	3.588
Redução (Aumento) em outros créditos	8.386	5.310	2.596
Redução (Aumento) em outros valores e bens	-	(1)	1
Aumento (Redução) em outras obrigações	(9.455)	(26.923)	(2.598)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(164)	(7.012)	(1.176)
Caixa gerado (aplicado) nas Atividades Operacionais	(759)	(7.956)	2.411
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	(4)	(4)	(21)
Baixa do imobilizado	-	2	9
Caixa aplicado nas Atividades de Investimento	(4)	(2)	(12)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos			-
Caixa aplicado nas Atividades de Financiamento	-	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	(763)	(7.958)	2.399
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA			
No início do semestre / exercício	9.336	16.531	14.132
Ao final do semestre / exercício	8.573	8.573	16.531
Aumento (Redução)	(763)	(7.958)	2.399

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(Em milhares de reais)

	Exercício	findo em
ATIVO	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE		3
Disponibilidades	-	3
Aplicações financeiras de liquidez	-	-
Outros créditos		
Direitos junto a consorciados contemplados		
Normais	-	-
Em atraso	-	-
Em cobrança judicial - Grupos em andamento	-	_
COMPENSAÇÃO		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	-	-
Contribuições devidas ao grupo	-	-
Valores dos bens a contemplar	-	-
TOTAL DO ATIVO		3

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(Em milhares de reais)

	Exercício	findo em
PASSIVO	31.12.21	31.12.20
CIRCULANTE	-	3
Obrigações com consorciados	-	3
Valores a repassar	-	-
Obrigações por contemplações a entregar	-	-
Recursos a devolver a consorciados	-	-
Recursos dos grupos	-	-
COMPENSAÇÃO		
Recursos mensais a receber de consorciados	-	-
Obrigações do grupo por contribuições	-	-
Bens ou serviços a contemplar - valor	-	-
TOTAL DO PASSIVO		3

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS (CONSOLIDADA)

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em	Semestre Exercício findo em		o findo em	
	31.12.21	31.12.21	31.12.20		
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO			3		
Depósitos bancários Aplicações financeiras do grupo	-	-	3 -		
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	-	-	-		
RECURSOS COLETADOS		-			
Contribuições para aquisição de bens	-	-	-		
Taxa de administração	-	-	-		
Contribuições ao fundo de reserva Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-		
Multas e juros moratórios	-	-	-		
Prêmios de seguro	-	-	_		
Reembolso despesa registro	-	-	_		
Outros	-	-	-		
RECURSOS UTILIZADOS					
Aquisição de bens	-	-	-		
Taxa de administração	-	-	-		
Multas e juros moratórios	-	-	-		
Prêmios de seguro	-	-	-		
Devolução a consorciados desligados Despesas registro de contrato	-	-	-		
Rendimentos pagos vinculados a contemplações	_	_	_		
Outros	-	-	-		
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	<u> </u>	-	3		
Depósitos bancários	-	-	3		
Aplicações financeiras do grupo	-	-	-		
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	-	-	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem como objetivo a formação e a administração de grupos de consórcios para aquisição de veículos e eletroeletrônicos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento, incluindo a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB são:

- Resolução CMN nº. 4.144/12 CPC 00 (R1) Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de Relatório Contábil e Financeiro
- Resolução CMN nº 3.566/08 CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos
- Resolução CMN nº 4.818/20- CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa
- Resolução CMN nº 4.818/20 CPC 05 (R1) Divulgação sobre partes relacionadas
- Resolução CMN nº 3.823/09 CPC 25 (R2) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- Resolução CMN nº 4.818/20 CPC 24 Evento subsequente
- Resolução CMN nº 3.989/11 CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações.
- Resolução CMN nº 4.007/11 CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estim. e retific. de erro
- Resolução CMN nº 4.877/20 CPC 33 (R1) Benefícios a empregados
- Resolução nº. 4.748/19 CPC 46 Mensuração ao valor justo

As demonstrações financeiras conclusivas foram autorizadas pela Diretoria em 21/03/2022.

Continuidade dos negócios – Após encerrados todos os grupos consorciados, a Administradora continua ativa, apresentado resultados e disponibilidades considerados suficientes para a manutenção de seus dispêndios administrativos. Embora o cenário de desaquecimento econômico e isolamento social ocasionado pela COVID 19 tenham atingido diversos segmentos econômicos internos e externos, a Administradora possui capital e liquidez suficiente para suportar possíveis perdas no exercício corrente e períodos futuros. Estrategicamente novos grupos não foram constituídos nesse exercício, no aguardo de uma reação positiva no cenário econômico, num período de curto e médio prazos. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade normal de suas operações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. DA ADMINISTRADORA

a. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o da Competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias calculados a taxas oficiais *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b. Caixa e Equivalentes

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa, correspondem aos saldos de disponibilidades e das aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias. (Nota 4)

c. Títulos e Valores Mobiliários

São demonstrados ao valor de custo acrescido de rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente, de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

d. Outros Créditos

Os outros créditos são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, atualizados com base na variação das respectivas taxas de juros pactuadas. (Nota 5)

e. Investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas, quando relevantes, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do Imobilizado é realizada pelo método linear, com base em taxas usuais que levam em consideração a estimativa de vida útil econômica dos bens. (Nota 7)

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

É reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 inexistem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

h. Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas aplicações financeiras líquidas do imposto e estão apresentadas na conta "Obrigações com Grupos de Consórcio". (Nota 8 c)

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e os respectivos encargos sociais são provisionados, de acordo com o Regime de Competência.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para o imposto de renda e a contribuição social são calculadas com base no lucro real como regime de tributação, calculando as antecipações mensais por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável e adições/exclusões previstos na legislação em vigor, e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), determinada à alíquota de 9%.

j. Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC – 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, em observância à Resolução CMN 3.823/09.

As contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; as contingências passivas são reconhecidas quando baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

3.2. DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

As operações dos grupos de consórcio são registradas e apresentadas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, Circulares n.ºs 2.381/93, 3.432/09 e atualizações posteriores, Cartas Circular BCB nº. 3.147/04 e a Lei nº. 11.795/08. Com o encerramento de todos os grupos no decorrer do exercício de 2019, algumas dessas informações e procedimentos deixaram de ser adotados a partir de 01.01.2020. A reativação dessas práticas retornará, tão logo, a Administradora venha solicitar a autorização de abertura de novos grupos ao BCB.

a. Escrituração Contábil

A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras do Banco Central do Brasil.

b. Aplicações Financeiras

Representam as disponibilidades dos grupos de consórcios, aplicadas segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são rateados proporcionalmente aos seus saldos diários e incorporados aos fundos comum e de reserva, de cada grupo.

c. Bens retomados ou devolvidos

Referem-se ao valor da dívida do consorciado dos bens apreendidos e retomados do cliente inadimplente e em cobrança judicial.

d. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e de reserva dos consorciados já contemplados e são classificados em normais, atraso e em cobrança judicial.

e. Previsão mensal de recursos a receber e recursos mensais a receber de consorciados

Essas contas demonstram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições, correspondentes aos fundos comum e de reserva.

f. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se ao valor total das contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo, referentes aos fundos comum e de reserva.

g. Valores dos bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

h. Obrigações com consorciados

Essa conta registra os valores recebidos dos consorciados não contemplados, para a aquisição de bens, fundo comum, antes da constituição formal do grupo e recursos não identificados. As obrigações estão atualizadas na data do balanço e são classificadas em:

- Grupos em formação;
- Recursos não identificados: e
- Contribuições de consorciados não contemplados.

i. Valores a repassar

Valores recebidos e não repassados pelo grupo relativo à: taxa de administração; prêmios de seguro; multas e juros moratórios; multa rescisória; custas judiciais; despesas de registro de contratos de garantia e outros.

j. Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem a créditos a repassar aos consorciados, contemplados nas assembleias, acrescidos da respectiva remuneração.

k. Recursos a devolver a consorciados

Recursos coletados a devolver a consorciados ativos pelo excesso de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo e aos desistentes ou excluídos.

Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos

Recursos Coletados

Correspondem, principalmente, a valores recebidos dos consorciados para aquisição do bem, remuneração da administradora – taxa de administração e rendimentos líquidos resultantes das aplicações financeiras de recursos dos grupos.

Recursos Utilizados

Representam, basicamente, o montante de recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados até a data da aquisição do bem e despesas de cobrança e seguros.

m. Posição das Operações de Consórcios – Dados Estatísticos

Considerando, que em 2019 os dados estatísticos informam exclusivamente apenas 2 Grupos encerrados, totalizando o encerramento de todos os Grupos. Para o exercício de 2021 e o exercício 2020, não há nada a informar no demonstrativo de dados estatísticos.

n. Partes Relacionadas

Em atendimento ao disposto no Comunicado Técnico 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e na Resolução CMN nº 4.818/20 informamos que a empresa é controlada pela Sociedade J.L. Braz Participações S.A. ("JL"), também controladora das empresas concessionárias de veículos, que, juntamente com outras concessionárias onde a "JL" não possui quaisquer participações, realizam entregas de bens aos consorciados contemplados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

	Exercício findo em	
Descrição	31.12.21	31.12.20
Depósitos Bancários	1	3
Certificado de Depósito Bancário	8.125	16.528
Cotas de Fundo de Renda Fixa		
Bradesco Corporate Federal Extra DI	447	-
Total	8.573	16.531

5. OUTROS CRÉDITOS

	Exercício findo em	
Descrição	31.12.21	31.12.20
Valores Pendentes de Recebimento (a)	505	2.953
Bens apreendidos - Grupos Encerrados	5	99
Adiantamento e antecipações salariais	8	1
Devedores para compra de valores e bens	14.545	17.204
Aluguel a receber	63	49
Adiantamento diversos	-	261
A Receber - Venda Recreio Vitória Veículos (b)	7.669	7.922
A Receber - Venda Terrenos Recreio BH (c)	6.586	8.521
A Receber - Venda Imóvel CNL (d)	165	402
Outras	62	49
Depósitos judiciais	126	21
Impostos e contribuições a compensar (e)	441	511
Pagamentos a ressarcir	57	209
Total	15.687	20.998
Por Prazo		
Circulante	2.930	2.904
Longo Prazo	12.757	18.094
Total	15.687	20.998

- (a) Os valores apresentados nesta conta referem-se às mensalidades ajuizadas em grupos encerrados, as quais foram transferidas para a Administradora por ocasião do encerramento dos grupos. Os valores recebidos são rateados e distribuídos entre os consorciados dos grupos originários.
- (b) Refere-se à Venda a Prazo de Participações Societárias, da Recreio Vitória Veículos S.A., em 14.03.16, no montante de R\$12.000 mil, em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas de R\$100 mil, corrigidas monetariamente pelos índices da caderneta de poupança, vencendo a primeira em 14.04.16. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 7.669 mil (R\$ 7.922 mil em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Refere-se à Venda a Prazo do imóvel situado no Bairro Estoril, na cidade de Belo Horizonte-Minas Gerais, no valor total de R\$ 9.960 mil, em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 83 mil, corrigidas monetariamente pelos índices da poupança, vencendo a primeira em 14.02.19. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.586 mil (R\$ 8.521 mil em 31 de dezembro de 2020).

- (d) Refere-se à Venda a Prazo do imóvel situado no Bairro Presidente Costa e Silva, situado no Município de Itaperuna-Rio de Janeiro, em 14.06.19, no valor total de R\$ 702 mil, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 19,5 mil, corrigidas monetariamente pelos índices da poupança, vencendo a primeira em 14.09.19. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 165 mil (R\$ 402 mil em 31 de dezembro de 2020).
- (e) O saldo composto basicamente por recolhimento antecipados de IRPJ e CSLL no semestre, que será compensado com os impostos sobre os lucros a pagar, no encerramento do exercício social, bem como, a IRRF sobre aplicações financeiras.

6. INVESTIMENTOS

Está assim constituído:

	Exercício	Exercício findo em		
Descrição	31.12.21	31.12.20		
Imóveis	935	948		
Total	935	948		

7. IMOBILIZADO DE USO

Está assim constituído:

	Taxa de		
	Depreciação	Exercício findo em	
Descrição	a.a	31.12.21	31.12.20
Móveis e equipamentos	10%	191	191
Sistema de processamento de dados	20%	304	303
Sistema de comunicações	20%	28	28
Sistema de transporte	20%	34	34
Outros		1	1
Subtotal		558	557
(-) Depreciação acumulada		(534)	(524)
Total		24	33

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Podem ser assim demonstradas:

	Exercício findo em	
Descrição	31.12.21	31.12.20
Fiscais e previdenciárias	1.920	3.665
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar (a)	48	1.188
Impostos e contribuições a recolher	19	291
Provisão para impostos e contribuições diferidos (b)	1.853	2.186
Obrigações por recursos de consorciados (c)	806	26.168
Diversas	1.165	982
Provisão para pagamentos a efetuar	35	42
Provisão para passivos contingentes	15	15
Credores diversos no País	1.115	925
Total	3.891	30.815
Por Prazo:		
Circulante	266	1.629
Longo Prazo	3.625	29.186
Total	3.891	30.815

(a) Impostos e contribuições sobre lucros a pagar, no semestre

As provisões para o imposto de renda e a contribuição social são calculadas com base no lucro real como regime de tributação, em conformidade à legislação em vigor, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável e das adições/exclusões previstos na legislação em vigor, e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), determinada à alíquota de 9%.

Exercicio	Exercicio findo em		
31.12.21	31.12.20		
37	873		
11	315		
48	1.188		
	31.12.21 37 11		

(b) Provisão para impostos e contribuições diferidos, exercícios anteriores.

	Exercício	Exercício findo em		
Descrição	31.12.21	31.12.20		
Imposto de renda pessoa jurídica	1.356	1.600		
Contribuição social	497	586		
Total	1.853	2.186		

(c) Obrigações por recursos de consorciados – Grupos encerrados

Valores referentes a recursos não procurados por consorciados, provenientes das transferências de recursos dos grupos já encerrados, nos termos das legislações vigentes. Apesar de todos os esforços da Administradora, evidenciado pelas publicações, e-mails e demais meios disponíveis de comunicação aos consorciados, estes não têm exercido seus direitos aos créditos. Os recursos registrados são atualizados monetariamente, conforme a rentabilidade obtida das aplicações financeiras de curto prazo, das disponibilidades dos grupos.

Os recursos correspondentes são compostos de 17 grupos (587 grupos em 31 de dezembro de 2020), que passaram a ser administrados em conformidade com normativos do Banco Central do Brasil (BCB).

Os saldos dos referidos recursos podem ser resumidos como segue:

	Exercício	Exercício findo em		
Obrigações por Recursos de Consorciados	31.12.21	31.12.20		
Recursos não Procurados (c.1)	296	23.116		
Recursos pendentes - Cobrança judicial	505	2.953		
Recursos pendentes - Bens apreendidos	5	99		
Total	806	26.168		

c.1. Recursos Não Procurados

Esgotados todos os meios suficientes para pagamento aos consorciados e seus beneficiários, referente aos Recursos Não Procurados de grupos encerrados e transferidos para a Administradora, no período de julho de 1990 a junho de 2002, conforme registro nas últimas Atas de Assembleias, em média de 18 a 30 anos atrás, e por conseguinte, baseando-se no disposto no item 13, letra b (ii) do Pronunciamento Contábil CPC 25, em consonância ao disposto no Artigo 1º da Resolução BCB nº 9, de 12/08/20, documentos base do parecer jurídico, elaborado pela consultoria especializada, emitido em 11.12.2020, caracterizando essa Obrigação Presente, de pagamento ou liquidação remota, foram transferidos para contas de compensações Ativas e Passivas no valor total de R\$ 22.833 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.788 mil em 31 de dezembro de 2020), comprometendo-se, sempre que demandada, a realizar as devoluções dos valores solicitados aos consorciados ou aos seus beneficiários.

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Administradora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências, conforme segue:

a. Ativos contingentes

Representada, principalmente, por processos judiciais com o objetivo de compensação, recuperação ou restituição de tributos federais recolhidos. Não existem ativos contingentes contabilizados.

b. Passivos contingentes

Estão representadas por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, no montante de R\$ 15 mil.

c. Fiscais e Tributários

A Sociedade vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns tributos e contribuições, recolhidos no passado. A Administração, consubstanciada na opinião dos consultores jurídicos, aguarda desfechos para o reconhecimento dos futuros créditos tributários.

10. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da Sociedade, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificadas situações a serem apresentadas.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

É constituído de 4.430 mil quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b) Lucros Acumulados

Em consonância com a Lei 11.638/07 a empresa detém o valor de R\$ 16.894 mil (R\$ 3.259 mil em 31 de dezembro de 2020), referente aos lucros não destinados. O saldo desta conta poderá ser destinado para aumento de capital ou utilizado para distribuição de dividendos.

12. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Está assim constituída:

	Exercício	cio findo em		
Descrição	31.12.21	31.12.20		
Outras receitas (i)	13.695	2.241		
Outras receitas financeiras (ii)	10.121	2.069		
Outras - reversões de despesas	222	13		
Total	24.038	4.323		

⁽i) – Referem-se, principalmente, do valor principal do Recursos Não Procurados e de Credores Diversos baixados no valor de R\$ 12.787 mil e R\$ 312mil em dezembro/2021 e de R\$ 2.132 mil em dezembro/2020. (Nota 8 c.1 e Nota 8 d.)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As empresas envolvidas nessas operações são constituídas por pessoas ligadas aos sócios/quotistas da Administradora, algumas com e sem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da mesma.

Os saldos referem-se a contratos de locação de imóveis e de venda das participações societárias, terrenos e imóvel.

⁽ii) – Referem-se, principalmente, as receitas financeiras dos Recursos Não Procurados e de Credores Diversos – Valores a Ratear baixados no valor de R\$ 9.242 mil e R\$ 106 mil em dezembro/2021 e no valor de R\$ 1.656 mil em dezembro/2020. (Nota 8 c.1 e Nota 8d.)

	At	Ativo		Receitas	
Administradora	Exercício	findo em	Exercício findo em		
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	
Devedores - valores a receber					
GL Rio Veículos-Aluguel	1	1	6	6	
Recreio Veículos S.AAluguel	59	48	713	434	
J.L. Braz Participações S.AAluguel	3	1	6	6	
J.L. Braz Participações S.A.	2.719	3.352	79	81	
Braulio Braz Participações S.A.	2.178	2.685	64	65	
G.T. Braz Participações S.A.	1.128	1.391	33	34	
D.A. Tambasco Participações S.A.	726	894	21	21	
Venda a Prazo - Recreio Veículos S.A. (BH)	7.669	8.521	214	196	
	14.483	16.893	1.136	843	

Passivo		Despesas		
	Exercício findo em Exercício fin		findo em	
Administradora	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Credores - valores a pagar				
Recreio Veículos S.A. (a)	-	200	-	-
		200	-	-

⁽a) Processo Judicial – IPTU ano base 2000 o valor foi revertido em 15 de janeiro de 2021 para a conta reversão de provisão operacional.

14. LIMITES OPERACIONAIS

14.1. Limite de Alavancagem

Com o advento da Circular nº 3.524, de 03/02/2011, a Administradora vem observando o grau de alavancagem, entretanto, na posição de 31/12/2021 e de 31/12/2020, observa o grau de alavancagem e o limite determinado na legislação vigente.

14.2. Limite de Imobilização

Nos termos da Circular nº 3.524, de 03/02/2011, artigo 2º, o limite máximo de imobilização, ou seja, o ativo permanente não pode ultrapassar 100% do PLA. Para efeito de gerenciamento e monitoramento, o grau de imobilização da Administradora corresponde a 4,50% em 31/12/2021 e 12,74% em 31/12/2020 do PLA.

15. OUVIDORIA

A Administradora possui um canal de comunicação, linha direta, 0800 262 2977, divulgado no site www.consorciolider.com.br, impresso nos extratos de conta corrente e boleto bancário, inclusive com aviso na Recepção e demais dependências da Sede.

16. EFEITOS DO CORONAVIRUS

A Sociedade vem acompanhando os efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos do Coronavirus, mantendo suas atividades operacionais, com a observação dos protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Lamentavelmente a pandemia continua.

A Administradora mantem medidas preventivas e reativas desde as primeiras notícias sobre a pandemia, tendo implementado diversas ações desde março de 2020 para preservar a saúde e as condições financeiras dos seus colaboradores e clientes, com o objetivo de minimizar os impactos do novo coronavírus.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ BRAZ, Administrador BRÁULIO JOSÉ TANUS BRAZ, Administrador DANILO DE ARAÚJO TAMBASCO, Administrador

CONTADOR RESPONSÁVEL

VITOR ZANON COUTINHO-CRC-RJ - 104.723/O-6